



Partilhar para racionalizar. APDSI aponta recomendações à estratégia do XIX Governo Constitucional para racionalizar as TIC

APDSI mostra-se satisfeita com as medidas do Governo mas aponta recomendações

Lisboa, 11 de Abril de 2012 – Racionalizar o custo das TIC através de serviços partilhados, em reforço do que refere o Plano Global Estratégico (PGE) de racionalização e redução de custos nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na Administração Pública (AP), é uma das principais recomendações que a APDSI aponta na sua 13ª Tomada de Posição do GAN, intitulada “A Estratégia do XIX Governo Constitucional para as TIC: Racionalizar para Melhorar?”. O título, em jeito de interrogação, pretende analisar o PGE, já aprovado em Conselho de Ministros.

O PGE surge na sequência da decisão do Governo de tomar medidas destinadas a aumentar a eficiência e a relação custo-eficácia nas TIC e de responder a exigências constantes do Memorando de Entendimento.

“É preciso aumentar a produtividade dos processos da Administração Pública fazendo uma reengenharia dos mesmos. A chave para que isso aconteça é introduzirmos a interoperabilidade nos processos da Administração Pública, o que não significa uma redução das competências das TIC”, começou por esclarecer Joaquim Alves Lavado, um dos relatores desta 13ª Tomada de Posição. A implementação dos serviços partilhados é uma das intenções plasmadas no PGE, considerando a APDSI, contudo, que é preciso estabelecerem-se prioridades. “Falta resolver a questão da interoperabilidade legal. É preciso que a administração pública tenha o enquadramento legal que lhe permita potenciar a interoperabilidade das entidades prestadoras de serviços partilhados para satisfazer as necessidades dos cidadãos e empresas”, acrescenta Joaquim Alves Lavado.

Nesta tomada de posição o GAN recomenda, como medida de elevada prioridade, que seja definido e activado um modelo de governação das TIC na Administração Pública central, constituindo-se a figura de “gestor TIC” (correspondendo a um *Chief Information Officer – CIO*) ao nível global e para os diferentes sectores. Ao mesmo tempo e como parte do modelo de governação recomendado, deveria constituir-se uma estrutura central de coordenação das TIC, integrando os vários responsáveis das TIC e que assumisse responsabilidade pela harmonização das funções locais e centrais e as decisões respeitantes às TIC da Administração Pública.

“O momento actual justifica fortemente e corresponde a uma excelente oportunidade para uma centralização da coordenação do que está relacionado com as TIC na Administração Pública” referiu José Gomes Almeida. Respondendo a perguntas da assistência, José Dias Coelho sugeriu que “uma forma de evitar a dependência das nomeações dos CIO das TIC relativamente aos ciclos políticos, assegurando uma continuidade de acção estável, poderia traduzir-se simplesmente numa nomeação com duração de mandato superior à duração normal da vigência do Governo”.

Nesta 13ª Tomada de Posição fica, ainda, a nota do GAN de que algumas medidas extravasam de algum modo o âmbito das TIC na Administração Pública, o que é entendido como uma manifestação explícita da importância que o Governo atribui às TIC como factor de racionalização e de desenvolvimento também a nível nacional.

Esta 13ª Tomada de Posição pública do Grupo de Alto Nível da APDSI sobre a estratégia do XIX Governo para as TIC na Administração Pública, decorreu na Universidade Nova de Lisboa, integrando um total de 44 recomendações.

Sobre a APDSI

Criada em 2001, a APDSI tem por objectivo a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e Conhecimento em Portugal, reunindo com este interesse comum indivíduos e empresas. Na linha destes propósitos a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação tem vindo a desenvolver diversas actividades, onde se destacam uma série de estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares sobre os vários temas da actualidade na Sociedade da Informação, nomeadamente Administração Pública, Aprendizagem, Justiça, Saúde, Educação, Comércio e Negócio Electrónicos. Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interacções entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e eficaz implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi considerada em 2009 ONGD.

Para mais informações contacte:

APDSI

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Rua Alexandre Cabral, n.º 2C – Loja A

1600-803 Lisboa – Portugal

Tel.: +351 217 510 762

Fax: +351 217 570 516

E-mail: secretariado@apdsi.pt

URL: <http://www.apdsi.pt>